

CAAD: Arbitragem Tributária

Processo n.º: 211/2016-T

Tema: IS – Verba 28.º da TGIS - Propriedade Vertical

RELATÓRIO

A -PARTES .

A...- FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO ABERTO, Fundo Especial de Investimento Imobiliário, com o NIF..., cuja entidade gestora e a **B...- Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.,** com sede na Rua ..., ... - ... piso, ...- ... Lisboa, doravante designada de Requerente ou sujeito passivo.

AUTORIDADE TRIBUTARIA E ADUANEIRA doravante designada por Requerida ou AT.

O pedido de constituição do tribunal arbitral foi aceite pelo Presidente do CAAD, e o Tribunal Arbitral foi regularmente constituído, no dia 24-06-2016, para apreciar e decidir o objeto do presente processo, e automaticamente notificado a Autoridade Tributaria e Aduaneira no dia 24-06-2016, conforme consta da respetiva ata.

A Requerente não procedeu à nomeação de árbitro, pelo que, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 6.º e da alínea b) do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 10/2011, de 20 de janeiro, com a redação introduzida pelo artigo 228.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31

de dezembro, o Conselho Deontológico, designou Árbitro Paulo Ferreira Alves, tendo a nomeação sido aceite nos termos legalmente previstos.

Em 04-05-2016 as partes foram devidamente notificadas dessa designação, não tendo manifestado vontade de recusar a designação dos árbitros, nos termos do artigo 11.º n.º 1, alínea a) e b), do RJAT e dos Artigos 6.º e 7.º do Código Deontológico.

Em conformidade com o preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 10/2011, de 20 de janeiro, com a redação introduzida pelo artigo 228.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, o tribunal arbitral singular fica regularmente constituído em 24-06-2016.

Ambas as partes concordam com a dispensa de apresentação de alegações escritas e da realização da dispensa da reunião prevista no artigo 18.º do RJAT.

O tribunal arbitral encontra-se regularmente constituído. É materialmente competente, nos termos dos art.ºs 2.º, n.º 1, alínea a), e 30.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 10/2011, de 20 de Janeiro.

As partes gozam de personalidade e capacidade judiciárias, são legítimas e encontram-se legalmente representadas (art.ºs 4.º e 10.º, n.º 2, do mesmo diploma e art.º 1.º da Portaria n.º 112-A/2011, de 22 de Março).

O processo não enferma de vícios que o invalidem.

B – PEDIDO

1. O ora Requerente, pretende a declaração de ilegalidade dos atos tributários de liquidação em sede de Imposto de Selo: n.º 2014..., n.º 2014..., n.º 2014..., n.º 2014..., n.º 2014..., n.º 2014..., n.º 2014..., n.º 2014..., n.º 2014..., n.º 2014..., n.º 2014..., n.º 2014...

6. Alega a Requerente que na ausência de enquadramento do que se tem por «afetação habitacional» em sede de Código do IS, deve o interprete socorrer-se das disposições subsidiariamente aplicáveis, in casu, as disposições do CIMI.
7. Defende a Requerente que o imóvel tem na sua totalidade, uma «afetação habitacional».
8. A Requerente, alega que as liquidações em causa foram efetuadas da forma seguinte: (i) a Autoridade Tributaria e Aduaneira somou o valor patrimonial tributável das partes do imóvel, suscetíveis de utilização independente, com «afetação habitacional» apurando um valor patrimonial tributário dessas mesmas partes de € 1.041.000.00; e, seguidamente, (ii) efetuou um ato tributário de liquidação por partes do prédio suscetíveis de utilização independente e com «afetação habitacional».
9. Sucede que, os VPT dos andares (unidades autónomas) do prédio em questão, com afetação habitacional, variam entre 60.000,00 e os 77.000,00 euros, ou seja, nenhuma das unidades independentes, que integram o prédio da Requerente, apresenta um valor patrimonial superior a € 1.000.000 (um milhão de euros).
10. Alega a Requerente que a Autoridade Tributaria e Aduaneira não fez uma liquidação única pelo valor patrimonial tributário do «prédio», que tem o valor patrimonial tributário o de € 1.041,000.00.
11. Defende a Requerente que não aceita que a ideia plasma da na atual Verba 28 da TGIS, para efeitos de tributação, seja a de que o simples facto de a propriedade horizontal não estar constituída reflete qualquer especial capacidade contributiva dos respetivos proprietárias face aos proprietárias de prédios idênticos mas sobre os quais aquela propriedade horizontal tenha sido constituída.

12. Defende a Requerente que o valor patrimonial do «prédio», constituído por andares ou partes suscetíveis de utilização independente, é para efeitos tributários, os somatórios de vários VPTs apurados de acordo com critérios autónomos.
13. Ora, assim sendo, apenas os prédios e também os andares ou partes suscetíveis de utilização independente, individualmente considerados, que tenham «afetação habitacional» e um valor patrimonial tributário utilizado para efeito de IMI, igual ou superior a € 1.000.000 (um milhão de euros) são suscetíveis de integrar a norma de incidência constante da Verba 28 .1 da TGIS.
14. Um a vez que o Código do IS remete para o Código do IMI, deve-se pois considerar que a inscrição na matriz de imóveis em propriedade vertical, constituídos por diferentes partes andares ou divisões com utilização independente obedece as mesmas regras de inscrição dos imóveis constituídos em propriedade horizontal.
15. Defende a Requerente que não pode a existência de um prédio em propriedade de vertical ou horizontal ser, por si só, indicador de qualquer capacidade contributiva.
16. Crê a Requerente que assiste a total ausência de fundamento legal que legitime o critério aplicado pela AT no caso em concreto, ao considerar o valor somatório do VPT atribuído as divisões com utilização independente, com o fundamento de o prédio não se encontrar e m regime de propriedade horizontal.
17. Como tal a tributação leva da acabo pela AT do IS previsto na Verba 28 da TGIS nos termos aqui descritos violação dos princípios da legalidade e igualdade fiscal assim como o principio da verdade material.
18. Assim sendo, a AT faz tabua rasa de princípios como os da segurança jurídica, da tipicidade tributaria e da capacidade contributiva, princípios estes, limite de toda a tributação independentemente de incidir sobre o rendimento, consumo ou

património, com previsão legal na Constituição, Lei Geral Tributaria, Código do IMT e Código do IS.

19. Termina a Requerente alegando a ilegalidade e inconstitucionalidade por assentar em fundamentação que enferma de deficiente interpretação das normas em concreto aplicáveis das liquidações.

D- DA RESPOSTA DA REQUERIDA

20. A Requerida, devidamente notificada para o efeito, apresentou tempestivamente a sua resposta na qual, em síntese abreviada, alegou o seguinte:
21. Que a sujeição ao imposto de selo da verba 28.1. da Tabela Geral anexa ao CIS resulta da conjugação de dois factos, a afetação habitacional e o valor patrimonial do prédio urbano inscrito na matriz ser igual ou superior a € 1.000.000,00.
22. O imposto do selo estando enquadrado entre os tipos de impostos sobre o consumo ou a despesa, pode definir-se como um imposto indireto que incide sobre a formalização de atos jurídicos ou sobre outros factos tributários, previstos numa Tabela Geral (anexa ao CIS).
23. As taxas aplicáveis são as que constarem da Tabela Geral em vigor no momento em que o imposto é devido, não havendo acumulação de taxas no mesmo ato ou documento, com exceção da aquisição por doação do direito de propriedade ou de figuras parcelares deste direito sobre imóveis.
24. E o encargo do imposto recai sobre as entidades que tenham interesse económico no ato podendo ser dividido por várias que partilhem esse interesse, incide sobre atos que sejam praticados no território nacional – o IS é, muito provavelmente, um dos impostos sobre o património que melhor reflete o princípio da territorialidade – em

regra o seu pagamento é devido no momento, em que o ato, objeto do imposto, se verifica, sendo que a lei define para alguns desses atos, o momento preciso em que essa obrigação nasce.

25. Já no que especificamente diz respeito aos bens imóveis, a determinação do seu valor tributável passou a ter por base o novo sistema de avaliações constante do Código do Imposto Municipal sobre os Imóveis.
26. Ora, sem necessidade de grandes considerações iniciais, foi justamente a riqueza advinda da propriedade imobiliária que a Lei n.º 55-A/2012, veio, de forma inovadora, tributar, sujeitando a Imposto do Selo (IS) a propriedade e outros direitos reais sobre prédios urbanos cujo valor patrimonial tributário (VPT) viesse a revelar-se igual ou superior a 1.000.000€.
27. Mais defende a Requerida que a interpretação desta verba 28 da Tabela Geral do Imposto de Selo (TGIS) aditada pela Lei n.º 55-A/ 2012, de 29.10, em articulação com o artigo 6º n.º 1 alínea f) dessa mesma Lei tem suscitado muita controvérsia no que tange à fórmula de cálculo do imposto relativamente a um prédio que não esteja constituído sob propriedade horizontal e cujas áreas e divisões físicas sejam exploradas de forma autónoma.
28. Alega a Requerida que a situação configurada nos autos é, pois, um desses casos porquanto a Requerente é proprietária de vários prédios em regime de propriedade total ou vertical e daí lhe advém a legitimidade para intervir no procedimento pois nos termos do Código do Imposto Municipal sobre os Imóveis, designadamente no seu artigo 8º n.º 1, o imposto é devido pelo proprietário do prédio à data de 31 de Dezembro do ano a que o mesmo respeitar, pelo que o que importa determinar se deve, ou não, ser atendido, para efeitos de sujeição ou não sujeição a Imposto do Selo, o VPT total do prédio (da unidade jurídica) ou se, pelo contrário, deve ser atendido o VPT de cada uma das parcelas.

29. O cerne do litígio radica assim e no essencial com a interpretação daquele dispositivo legal à luz dos princípios invocados pela Requerente e também propugnados pela AT.
30. Sustenta a Requerida que para um prédio não constituído em regime de propriedade horizontal, o critério para a determinação da incidência do imposto de selo é o valor patrimonial global das frações e outras divisões destinadas a habitação.
31. Trata-se de um regime de propriedade não sobre um edifício na sua totalidade, tal como sucede na propriedade vertical, mas sim sobre uma fração autónoma, embora seja comproprietário de partes comuns (arts. 1414.º, 1415.º e 1420.º do Código Civil), mas esta compropriedade é forçada, não pode sair da indivisão enquanto durar a propriedade horizontal.
32. Fica assim claro que tratamos de realidades de facto e de direito distintas, a merecer, segundo a AT, um tratamento fiscal diferenciado pois só tal caminho é favorecido pelo princípio da tipicidade fechada.
33. De harmonia se conclui que a ora Requerente, para efeitos de IMI e também de imposto selo, por força da redação da referida verba, não é proprietária de frações autónomas, mas sim de um único prédio, considerando a AT que este é o entendimento que melhor se coaduna com o princípio da legalidade ínsito no artigo 8.º da LGT, a que está votada toda a sua atividade.
34. Termina a Requerida sustentando que não se reconhece qualquer erro nos pressupostos de facto ou de direito em que terão incorrido os atos tributários de liquidação do imposto impugnado e, conseqüentemente, não se reconhece o direito do sujeito passivo ao pagamento dos juros indemnizatórios previstos no artigo 43.º da LGT em caso de erro imputável aos serviços.

E- FUNDAMENTAÇÃO DE FACTO

35. Antes de entrar na apreciação destas questões, cumpre apresentar a matéria factual relevante para a respetiva compreensão e decisão, efetuou-se com base na prova documental, e tendo em conta os factos alegados.
36. Em matéria de facto relevante, dá o presente tribunal por assente os seguintes factos:
37. É proprietária do prédio urbano sito na ... - Sector, distrito de ..., Concelho de ... Freguesia de ..., com o artigo matricial
38. A Requerente é proprietária de um prédio urbano correspondente a um prédio em propriedade total ou vertical (não horizontal).
39. O referido prédio é destinado a habitação, denominado "Prédio ...-.../1 ", constituído por rés-do-chão vazado, onde se encontra os acessos aos pisos superiores e por quatro pisos com quatro habitações cada, correspondem 16 (dezasseis) fogos, de utilização independente, sendo que 16 (dezasseis) divisões com utilização independente e afetação habitacional.
40. Cada uma das divisões, independentes, estão afetas a habitação e têm um VPT atribuído e separadamente determinado nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 7º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI).
41. O valor patrimonial do imóvel à data é de 1.109,920.00€, e o valor do somatório das dezasseis frações de utilização independente com afetação habitacional do imóvel é de €1.109,920.00.
42. As notas de liquidação do respetivo prédio, dizem respeito aos seguintes andares e divisões, cujo valor patrimonial das referidas divisões com utilização independente,

que compõem o prédio urbano, foi determinado separadamente, nos termos do disposto no art. 7.º, n.º 2, al. b), do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), resultando na emissão das seguintes atos tributários, aqui impugnados:

Imóvel	...-U-...-A- 911 - VPT:65.070,00€ Ato.n.º 2014...- 216,90	€
Imóvel	...-U-...-A- 911 - VPT:65.070,00€ Ato.n.º 2014...-216,90	€
Imóvel	...-U-...-A- 911 - VPT:65.070,00€ Ato.n.º 2014...-216,90	€
Imóvel	...-U-...-B- 912 - VPT:65.070,00€ Ato.n.º 2014...-216,90	€
Imóvel	...-U-...-B- 912 - VPT:65.070,00€ Ato.n.º 2014...-216,90	€
Imóvel	...-U-...-B- 912 - VPT:65.070,00€ Ato.n.º 2014...-216,90	€
Imóvel	...-U-...-C- 913 - VPT:64.730,00€ Ato.n.º 2014...-215,78	€
Imóvel	...-U-...-C- 913 - VPT:64.730,00€ Ato.n.º 2014...-215,76	€
Imóvel	...-U-...-C- 913 - VPT:64.730,00€ Ato.n.º 2014...-215,76	€
Imóvel	...-U-...-D- 914 - VPT:82.610,00€ Ato.n.º 2014...-275,38	€
Imóvel	...-U-...-D- 914 - VPT:82.610,00€ Ato.n.º 2014...-275,36	€
Imóvel	...-U-...-D- 914 - VPT:82.610,00€ Ato.n.º 2014...-275,36	€
Imóvel	...-U-...-E- 921 - VPT:65.070,00€ Ato.n.º 2014...-216,90	€
Imóvel	...-U-...-E- 921 - VPT:65.070,00€ Ato.n.º 2014...-216,90	€
Imóvel	...-U-...-E- 921 - VPT:65.070,00€ Ato.n.º 2014...-216,90	€
Imóvel	...-U-...-F- 922 - VPT:65.070,00€ Ato.n.º 2014...- 216,90	€
Imóvel	...-U-...-F- 922 - VPT:65.070,00€ Ato.n.º 2014...-216,90	€
Imóvel	...-U-...-F- 922 - VPT:65.070,00€ Ato.n.º 2014...-216,90	€
Imóvel	...-U-...-G- 923 - VPT:64.730,00€ Ato.n.º 2014...-215,78	€
Imóvel	...-U-...-G- 923 - VPT:64.730,00€ Ato.n.º 2014...-215,76	€
Imóvel	...-U-...-G- 923 - VPT:64.730,00€ Ato.n.º 2014...-215,76	€
Imóvel	...-U-...-H- 924 - VPT:82.610,00€ Ato.n.º 2014...-275,38	€
Imóvel	...-U-...-H- 924 - VPT:82.610,00€ Ato.n.º 2014...-275,36	€
Imóvel	...-U-...-H-924 - VPT:82.610,00€ Ato.n.º 2014...-275,36	€
Imóvel	...-U-...-I- 931 - VPT:65.070,00€ Ato.n.º 2014...-216,90	€
Imóvel	...-U-...-I- 931 - VPT:65.070,00€ Ato.n.º 2014...-216,90	€
Imóvel	...-U-...-I- 931 - VPT:65.070,00€ Ato.n.º 2014...-216,90	€

Imóvel	...-U-...-J- 932 - VPT:65.070,00€ Ato.n.º 2014...-216,90	€
Imóvel	...-U-...-J- 932 - VPT:65.070,00€ Ato.n.º 2014...-216,90	€
Imóvel	...-U-...-J- 932 - VPT:65.070,00€ Ato.n.º 2014...-216,90	€
Imóvel	...-U-...-J- 933 - VPT:64.730,00€ Ato.n.º 2014...-215,78	€
Imóvel	...-U-...-J- 933 - VPT:64.730,00€ Ato.n.º 2014...3-215,76	€
Imóvel	...-U-...-J- 933 - VPT:64.730,00€ Ato.n.º 2014...-215,76	€
Imóvel	...-U-...-M-934 - VPT:82.610,00€ Ato.n.º 2014...-275,38	€
Imóvel	...-U-...-M-934 - VPT:82.610,00€ Ato.n.º 2014...-275,36	€
Imóvel	...-U-...-M-934 - VPT:82.610,00€ Ato.n.º 2014...-275,36	€
Imóvel	...-U-...-N- 941 - VPT:65.070,00€ Ato.n.º 2014...-216,90	€
Imóvel	...-U-...-N- 941 - VPT:65.070,00€ Ato.n.º 2014...-216,90	€
Imóvel	...-U-...-N- 941 - VPT:65.070,00€ Ato.n.º 2014...-216,90	€
Imóvel	...-U-...-O- 942 - VPT:65.070,00€ Ato.n.º 2014...-216,90	€
Imóvel	...-U-...-O- 942 - VPT:65.070,00€ Ato.n.º 2014...-216,90	€
Imóvel	...-U-...-O- 942 - VPT:65.070,00€ Ato.n.º 2014...-216,90	€
Imóvel	...-U-...-P- 943 - VPT:64.730,00€ Ato.n.º 2014...-215,78	€
Imóvel	...-U-...-P- 943 - VPT:64.730,00€ Ato.n.º 2014...-215,76	€
Imóvel	...-U-...-P- 943 - VPT:64.730,00€ Ato.n.º 2014...-215,76	€
Imóvel	...-U-...-Q- 944 - VPT:82.610,00€ Ato.n.º 2014...-275,38	€
Imóvel	...-U-...-Q- 944 - VPT:82.610,00€ Ato.n.º 2014...-275,36	€
Imóvel	... -U-...-Q- ... - VPT:82.610,00€ Ato.n.º 2014...-275,36	€

43. O somatório do valor patrimonial valor das frações de utilização independente com afetação habitacional do imóvel na data das liquidações é de €1.109,920.00, sendo que nenhuma das partes ou andares com afetação habitacional e com utilização independente tem um valor patrimonial tributário superior a €1.000.000,00.

44. A Requerida foi notificada para pagamento de imposto de selo, calculada sobre o valor global das dezasseis frações com afetação habitacional e tributada individualmente sobre cada fração.

45. As Liquidações supra descritas, dizem respeito as três prestações para pagamento, com datas limite de pagamento de 9 de Maio de 2014 e 30 de Julho de 2014 e 27 de Novembro de 2014, respetivamente.
46. A Requerente apresentou Reclamação Graciosa dirigida ao Serviço de Finanças de
47. A Requerente foi notificada do indeferimento da Reclamação Graciosa.
48. A Requerente exerceu o seu direito de audição em 12 de Dezembro de 2014.
49. A Requerente apresentou, em 20 de Fevereiro de 2016, Recurso Hierárquico.
50. Em 7 de Janeiro de 2016 a Requerente foi notificada do indeferimento do Recurso Hierárquico de 5 de Janeiro de 2016.

F- FACTOS NÃO PROVADOS

51. Dos factos com interesse para a decisão da causa, constantes da impugnação, todos os objetos de análise concreta, não se provaram os que não constam da factualidade supra descrita.

G- QUESTÕES DECIDENDAS

52. Atenta as posições das partes assumidas nos argumentos apresentados, constituem questões centrais dirimidas a seguinte, as quais cumpre, pois, apreciar e decidir:

- a. A alegada pela Requerente:

€1.000.000,00, para tal é necessário apreciar a questão fundamental, de qual o VPT de um prédio em propriedade vertical (ou seja não horizontal) a considerar para efeitos da referida verba. Se o VPT que corresponde de cada uma das partes do prédio com afetação habitacional individualmente, ou se, ao invés, é determinada pelo VPT global do prédio, o qual corresponderia à soma de todos os VPTs das frações habitacionais que o compõem.

56. A matéria de facto está fixada e provada, razão pela qual vamos agora determinar o direito aplicável aos factos controvertidos, dando prioridade, em cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 124.º do CPPT, aos vícios cuja procedência determine uma mais estável e eficaz tutela dos interesses da Requerente, quanto ao vício de lei por erro sobre os pressupostos do direito de liquidação, quanto a questão do enquadramento dos prédios urbanos em regime de propriedade total ou vertical, no âmbito de incidência do artigo 28.º, n.º .1 da TGIS, introduzida pelo Regime da Lei, n.º 55-A/2012, de 29 de Outubro.
57. A alteração do regime quanto a sujeição a imposto do selo dos prédios com afetação habitacional pelo aditamento da verba 28 da Tabela Geral do Imposto do Selo, efetuada pelo art.º 4.º da Lei 55-A/2012, de 29/10 e alterada pela Lei n.º83-C/2013, de 31 de Dezembro, passou a tipificar os seguintes factos tributários, através da seguinte redação:

"28 – Propriedade, usufruto ou direito de superfície de prédios urbanos cujo valor patrimonial tributário constante da matriz, nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), seja igual ou superior a (euro) 1.000.000 – sobre o valor patrimonial tributário utilizado para efeito de IMI:

28.1 – Por prédio com afetação habitacional – 1 %;

28.2 – Por prédio, quando os sujeitos passivos que não sejam pessoas singulares sejam residentes em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável, constante da lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças – 7,5 %."

58. Constam do artigo 6.º da Lei, n.º 55-A/2012, as disposições transitórias que, estabeleceram-se as regras atinentes à liquidação do imposto, previsto naquela verba:

" 1 – Em 2012, devem ser observadas as seguintes regras por referência à liquidação do imposto do selo previsto na verba, n.º 28 da respetiva Tabela Geral:

- a) O facto tributário verifica-se no dia 31 de outubro de 2012;
- b) O sujeito passivo do imposto é o mencionado no, n.º 4 do artigo 2.º do Código do Imposto do Selo na data referida na alínea anterior;
- c) O valor patrimonial tributário a utilizar na liquidação do imposto corresponde ao que resulta das regras previstas no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis por referência ao ano de 2011;
- d) A liquidação do imposto pela Autoridade Tributária e Aduaneira deve ser efetuada até ao final do mês de novembro de 2012;
- e) O imposto deverá ser pago, numa única prestação, pelos sujeitos passivos até ao dia 20 de dezembro de 2012;
- f) As taxas aplicáveis são as seguintes:

i) Prédios com afetação habitacional avaliados nos termos do Código do IMI: 0,5 %;

ii) Prédios com afetação habitacional ainda não avaliados nos termos do Código do IMI: 0,8 %;

iii) Prédios urbanos quando os sujeitos passivos que não sejam pessoas singulares sejam residentes em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável, constante da lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças: 7,5 %.

2 – Em 2013, a liquidação do imposto do selo previsto na verba, n.º 28 da respetiva Tabela Geral deve incidir sobre o mesmo valor patrimonial tributário utilizado para efeitos de liquidação de imposto municipal sobre imóveis a efetuar nesse ano.

3 – A não entrega, total ou parcial, no prazo indicado, das quantias liquidadas a título de imposto do selo constitui infração tributária, punida nos termos da lei."

59. Sobre a interpretação deste diploma já se pronunciou o acórdão 53/2013-T¹, o qual escreve:

"Utilizou-se na referida verba 28.1 e nas subalíneas i) e ii) da alínea f) do, n.º 1 do artigo 6.º da 55-A/2012, um conceito que não é utilizado em qualquer outra legislação tributária nestes preciso termos que é o de "prédio com afetação habitacional". Designadamente no CIMI, que em várias normas do CIS nos recursos introduzidas por aquela Lei é indicado

¹ Sobre este assunto os já decidiram os acórdãos do Tribunal Arbitral do CAAD, n.º 42/2013-T, 48/2013-T, 49/2013-T

como diploma de aplicação subsidiária relativamente ao tributo previstos na referida verba, n.º 28 [artigos 2.º, n.º 4, 3.º, n.º 3, alínea u), 5.º, alínea u), 23.º, n.º 7, e 46.º e 67.º do CIS], não é utilizado um conceito definido naqueles termos."

60. Quanto ao conceitos de prédios, é para tal necessário recorrer aos conceitos de prédios utilizados no CIMI, no qual enumeram-se as espécies de prédios nos seus artigos 2.º a 6.º, o qual se transcreve:

Artigo 2.º

Conceito de Prédio

1– Para efeitos do presente Código, prédio é toda a fração de território, abrangendo as águas, plantações, edifícios e construções de qualquer natureza nela incorporados ou assentes, com carácter de permanência, desde que faça parte do património de uma pessoa singular ou coletiva e, em circunstâncias normais, tenha valor económico, bem como as águas, plantações, edifícios ou construções, nas circunstâncias anteriores, dotados de autonomia económica em relação ao terreno onde se encontrem implantados, embora situados numa fração de território que constitua parte integrante de um património diverso ou não tenha natureza patrimonial.

2 – Os edifícios ou construções, ainda que móveis por natureza, são havidos como tendo carácter de permanência quando afetos a fins não transitórios.

3 – Presume-se o carácter de permanência quando os edifícios ou construções estiverem assentes no mesmo local por um período superior a um ano.

4 – Para efeitos deste imposto, cada fração autónoma, no regime de propriedade horizontal, é havida como constituindo um prédio.

Artigo 3.º

Prédios rústicos

1 – São prédios rústicos os terrenos situados fora de um aglomerado urbano que não sejam de classificar como terrenos para construção, nos termos do, n.º 3 do artigo 6.º, desde que:

Estejam afetos ou, na falta de concreta afetação, tenham como destino normal uma utilização geradora de rendimentos agrícolas, tais como são considerados para efeitos do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS);

Não tendo a afetação indicada na alínea anterior, não se encontrem construídos ou disponham apenas de edifícios ou construções de carácter acessório, sem autonomia económica e de reduzido valor.

2 – São também prédios rústicos os terrenos situados dentro de um aglomerado urbano, desde que, por força de disposição legalmente aprovada, não possam ter utilização geradora de quaisquer rendimentos ou só possam ter utilização geradora de rendimentos agrícolas estejam a ter, de facto, esta afetação.

3 – São ainda prédios rústicos:

Os edifícios e construções diretamente afetos à produção de rendimentos agrícolas, quando situados nos terrenos referidos nos números anteriores;

As águas e plantações nas situações a que se refere o, n.º 1 do artigo 2.º

4 – Para efeitos do presente Código, consideram-se aglomerados urbanos, além dos situados dentro de perímetros legalmente fixados, os núcleos com um mínimo de 10 fogos servidos por arruamentos de utilização pública, sendo o seu perímetro delimitado por pontos distanciados 50 m do eixo dos arruamentos, no sentido transversal, e 20 m da última edificação, no sentido dos arruamentos.

Artigo 4.º

Prédios urbanos

Prédios urbanos são todos aqueles que não devam ser classificados como rústicos, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte.

Artigo 5.º

Prédios mistos

1. Sempre que um prédio tenha partes rústica e urbana é classificado, na íntegra, de acordo com a parte principal.

2. Se nenhuma das partes puder ser classificada como principal, o prédio é havido como misto.

Artigo 6.º

Espécies de prédios urbanos

1 - Os prédios urbanos dividem-se em:

Habitacionais;

Comerciais, industriais ou para serviços;

Terrenos para construção;

Outros.

2 – Habitacionais, comerciais, industriais ou para serviços são os edifícios ou construções para tal licenciados ou, na falta de licença, que tenham como destino normal cada um destes fins.

3 – Consideram-se terrenos para construção os terrenos situados dentro ou fora de um aglomerado urbano, para os quais tenha sido concedida licença ou autorização, admitida comunicação prévia ou emitida informação prévia favorável de operação de loteamento ou de construção, e ainda aqueles que assim tenham sido declarados no título aquisitivo, excetuando-se os terrenos em que as entidades competentes vedem qualquer daquelas operações, designadamente os localizados em zonas verdes, áreas protegidas ou que, de acordo com os planos municipais de ordenamento do território, estejam afetos a espaços, infra-estruturas ou equipamentos públicos. (Redação da Lei, n.º 64-A/08, de 31-12)

4 – Enquadram se na previsão da alínea d) do, n.º 1 os terrenos situados dentro de um aglomerado urbano que não sejam terrenos para construção nem se encontrem abrangidos pelo disposto no, n.º 2 do artigo 3.º e ainda os edifícios e construções licenciados ou, na falta de licença, que tenham

como destino normal outros fins que não os referidos no, n.º 2 e ainda os da exceção do, n.º 3.

61. Sobre a interpretação das Normas tributárias, para o caso sub Júdice, diz-nos o artigo 11.º da Lei Geral Tributária, o qual estabelece as regras essenciais da interpretação das leis tributárias, o que o faz nos seguintes termos:

Artigo 11.º

Interpretação

Na determinação do sentido das normas fiscais e na qualificação dos factos a que as mesmas se aplicam, são observadas as regras e princípios gerais de interpretação e aplicação das leis.

Sempre que, nas normas fiscais, se empreguem termos próprios de outros ramos de direito, devem os mesmos ser interpretados no mesmo sentido daquele que aí têm, salvo se outro decorrer diretamente da lei.

Persistindo a dúvida sobre o sentido das normas de incidência a aplicar, deve atender-se à substância económica dos factos tributários.

As lacunas resultantes de normas tributárias abrangidas na reserva de lei da Assembleia da República não são suscetíveis de integração analógica.

62. A este preceito, é necessário igualmente recorrer aos princípios gerais da interpretação das leis, para que remete o, n.º 1 do artigo 11.º da LGT, são estabelecidos no artigo 9.º do Código Civil, que estabelece o seguinte:

Artigo 9.º

Interpretação da lei

- 1- A interpretação não deve cingir-se à letra da lei, mas reconstituir a partir dos textos o pensamento legislativo, tendo sobretudo em conta a unidade do sistema jurídico, as circunstâncias em que a lei foi elaborada e as condições específicas do tempo em que é aplicada.
- 2- Não pode, porém, ser considerado pelo intérprete o pensamento legislativo que não tenha na letra da lei um mínimo de correspondência verbal, ainda que imperfeitamente expresso.
- 3- Na fixação do sentido e alcance da lei, o intérprete presumirá que o legislador consagrou as soluções mais acertadas e soube exprimir o seu pensamento em termos adequados.

63. Face a fundamentação de direito já exposta, e atendendo aos artigos transcritos e enunciados, surgem as seguintes hipóteses de interpretação do conceito de «prédio com afetação habitacional», quanto ao Conceito de «prédio com afetação habitacional» como reportando-se aos prédios habitacionais, e quanto ao Conceito de «prédio com afetação habitacional» como conceito distinto de «prédios habitacionais».
64. Resulta dos artigos 2.º a 6.º CIMI supra transcritas, não é utilizado pelo legislador, na classificação dos prédios o conceito de «prédio com afetação habitacional», igualmente não se encontra este conceito, com esta terminologia, em qualquer outro diploma.

65. A falta de correspondência terminológica exata do conceito de «*prédio com afetação habitacional*» com qualquer outro utilizado noutros diplomas, podem originar várias hipóteses interpretativas.
66. O texto da lei, sendo o ponto de partida para a interpretação da expressão «*prédios com afetação habitacional*», sendo com base nele que há que reconstituir o «pensamento legislativo», como impõe o, n.º 1 do artigo 9.º do Código Civil, aplicável por força do disposto no artigo 11.º, n.º 1, da LGT, já transcritos.
67. Sobre a interpretação do conceito de «*prédio com afetação habitacional*», é importante citar o acórdão 53/2013-T² o qual já se pronunciou sobre esta matéria. Acórdão esse, que igualmente sustenta duas hipóteses interpretativas ao conceito de «*prédio com afetação habitacional*», respetivamente no mesmo sentido da presente decisão, quanto ao conceito de «*prédio com afetação habitacional*» como reportando-se aos prédios habitacionais, e quanto ao Conceito de «*prédio com afetação habitacional*» como conceito distinto de «*prédios habitacionais*»
68. *Escreve o acórdão 53/2013-T, sobre o conceito de «prédio com afetação habitacional» como reportando-se aos prédios habitacionais:*

"O conceito mais próximo do teor literal desta expressão utilizada é manifestamente o de «prédios habitacionais», definido no, n.º 2 do artigo 6.º do CIMI como abrangendo «os edifícios ou construções» licenciados para fins habitacionais ou, na falta de licença, que tenham como destino normal fins habitacionais.

A entender-se que a expressão «prédio com afetação habitacional» coincide com o de «prédios habitacionais», é manifesto que as liquidações

² Sobre a interpretação do conceito de «prédio com afetação habitacional» para efeitos da verba 28.1 do TGIS, ver as decisões emitidas pelo Tribunal Arbitral do CAAD nos processos n.º 42/2013; 48/2013; 49/2013; 53/2013; 75/2013; 158/2013; 251/2013; 310/2013.

enfermarão de erro sobre os pressupostos de facto e de direito, pois todos os prédios relativamente aos quais foi liquidado o Imposto do Selo ao abrigo da referida verba, n.º 28.1 são terrenos para construção, sem qualquer edifício ou construção, exigidos para se preencher aquele conceito de «prédios habitacionais».

Por isso, a adotar-se a interpretação de que «prédio com afetação habitacional» significa «prédio habitacional», as liquidações cuja declaração de ilegalidade é pedida serão ilegais, por não haver em qualquer dos terrenos qualquer edifício ou construção.

No entanto, a não coincidência dos termos da expressão utilizada na verba, n.º 28.1 da TGIS com a que se extrai do, n.º 2 do artigo 6.º do CIMI, aponta no sentido de não se ter pretendido utilizar o mesmo conceito."

- 69.** Sobre a interpretação da segunda hipótese: Conceito de «prédio com afetação habitacional» como conceito distinto de «prédios habitacionais», volta-se a citar o acórdão 53/2013-T, no qual escreve:

"A palavra «afetação», neste contexto de utilização de um prédio, tem o significado de «ação de destinar alguma coisa a determinado uso». (³)

«Quando, como é de regra, as normas (fórmulas legislativas) comportam mais que um significado, então a função positiva do texto traduz-se em dar mais forte apoio a ou sugerir mais fortemente um dos sentidos possíveis. É que, de entre os sentidos possíveis, uns corresponderão ao significado mais natural e direto das expressões usadas, ao passo que outros só caberão no quadro verbal da norma de uma maneira forçada, contrafeita. Ora, na falta

³ Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa, I volume, página 102.

de outros elementos que induzam à eleição do sentido menos imediato do texto, o intérprete deve optar em princípio por aquele sentido que melhor e mais imediatamente corresponde ao significado natural das expressões verbais utilizadas, e designadamente ao seu significado técnico-jurídico, no suposto (nem sempre exato) de que o legislador soube exprimir com correção o seu pensamento». (4)

A relevância do texto da lei é especialmente acentuada em matéria de interpretação de normas de incidência do Imposto do Selo, que se reconduzem a uma amálgama, sob uma denominação comum, de um conjunto incongruente de tributos de naturezas completamente distintas (sobre o rendimento, sobre a despesa, sobre o património, sobre atos, etc.), que não deixa margem apreciável para aplicação do critério interpretativo primordial, que é a unidade do sistema jurídico, que reclama a sua coerência global.

A reconhecida falta de coerência do Imposto do Selo é particularmente exuberante no caso desta verba, n.º 28.1, apressadamente incluída à margem do Orçamento Geral do Estado, por um legislador fiscal sem orientação fiscal global perceptível, que vai implementando sucessivamente normas de agravamento fiscal à medida dos revezes da execução orçamental, das imposições dos credores institucionais internacionais (representados pela «troika») e da fiscalização do Tribunal Constitucional.

Na verdade, embora na «Exposição de Motivos» da Proposta de Lei, n.º 96/XII/2.^a (5), em que se baseou a Lei, n.º 55-A/2012, se faça referência à louvável preocupação do Governo de «reforçar o princípio da equidade social na austeridade, garantindo uma efetiva repartição dos sacrifícios

⁴ BAPTISTA MACHADO, Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador, página 182.

⁵ A Proposta de Lei n.º 99/XII/2.^a está disponível em <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleIniciativa.aspx?BID=37245>

necessários ao cumprimento do programa de ajustamento» e ao seu empenho «em garantir que a repartição desses sacrifícios será feita por todos e não apenas por aqueles que vivem do rendimento do seu trabalho», é manifesto, por um lado, que essas razões de equidade, decerto existentes, não começaram a valer em meados de 2012, já existindo no início do ano, quando entrou em vigor o Orçamento Geral do Estado e, por outro lado, que o alcance da verba, n.º 28.1, ao tributar acrescidamente os prédios com afetação habitacional e não também os prédios que a não têm, deixa entrever que as preocupações de equidade social e a proclamada intenção de repartição dos sacrifícios por todos, atinge muito mais alguns do que propriamente todos.

Neste contexto, não existindo elementos interpretativos seguros que permitam detetar coerência legislativa na solução adotada na referida verba, n.º 28.1 ou o acerto ou desacerto da solução adotada (relevante para efeitos interpretativos à face do, n.º 3 do artigo 9.º do Código Civil), o teor do texto legal tem de ser o elemento primacial da interpretação, em conformidade com a presunção, imposta pelo mesmo, n.º 3 do artigo 9.º, de que o legislador soube exprimir o seu pensamento em termos adequados.

À face daqueles significados das palavras «afetação» e «afetar», que são «dar destino» ou «aplicar», a fórmula utilizada naquela verba, n.º 28.1 da TGIS, abrange, manifestamente, os prédios que já estão aplicados a fins habitacionais, pelo que importa indagar se abrangerá também os prédios que, apesar de não estarem ainda aplicados a fins habitacionais, estão a estes destinados e aqueles cujo destino é desconhecido. (...)

Por isso, haverá que esclarecer quando é que se pode entender que um prédio está afetado a fim habitacional, designadamente se é quando lhe é

fixado esse destino num ato de licenciamento ou semelhante, ou apenas quando a efetiva atribuição desse destino é concretizada.

Desde logo, o confronto da verba, n.º 28.1 da TGIS com, n.º 2 do artigo 6.º do CIMI, que define o conceito de prédios habitacionais, aponta manifestamente, no sentido de ser necessária uma afetação efetiva.

Na verdade, um edifício ou construção licenciado para habitação ou, mesmo sem licença, mas que tenha como destino normal a habitação, é, à face do, n.º 2 daquele artigo 6.º um prédio habitacional.

Por isso, no pressuposto de que o legislador da Lei, n.º 55-A/2012 soube exprimir o seu pensamento em termos adequados (como impõe o artigo 9.º, n.º 3, do Código Civil que se presume), se pretendesse reportar-se a esses prédios já licenciados para habitação ou que tenham a habitação como destino normal, decerto teria utilizado o conceito de «prédios habitacionais», que expressaria perfeita e claramente o seu pensamento, à face da definição dada por aquele, n.º 2 do artigo 6.º do CIMI.

Consequentemente, deve presumir-se que o uso de uma expressão diferente tem em vista uma realidade distinta, pelo que, em boa hermenêutica, «prédio com afetação habitacional», não poderá ser um prédio apenas licenciado para habitação ou destinado a esse fim (isto é, não bastará que seja um «prédio habitacional»), tendo de ser um prédio que tenha já efetiva afetação a esse fim.

Que é este o sentido da expressão «afetação», no mesmo contexto de classificação de prédios que faz o CIMI, confirma-se pelo artigo 3.º em que, relativamente aos prédios rústicos, se faz referência aos que «estejam afetos ou, na falta de concreta afetação, tenham como destino normal uma

utilização geradora de rendimentos agrícolas», que evidencia que a afetação é concreta, efetiva. Na verdade, como se vê pela parte final deste texto, um prédio pode ter como destino uma determinada utilização e estar ou não afeto a ela, o que evidencia que a afetação é, a nível da ligação de um prédio a determinada utilização, algo mais intenso que o mero destino e que pode ou não ocorrer, a jusante deste e não a montante. (⁶)

A correção desta interpretação no sentido de que só prédios que estejam efetivamente afetos à habitação, se inserem no âmbito de incidência da verba, n.º 28.1 da TGIS é também confirmada pela ratio legis perceptível da restrição do campo de aplicação da norma aos prédios com afetação habitacional, no contexto das «circunstâncias em que a lei foi elaborada e as condições específicas do tempo em que é aplicada», que o artigo 9.º, n.º 1, do Código Civil também erige em elementos interpretativos. (⁷).

*Desde logo, a limitação da tributação em Imposto do Selo aos «prédios com afetação habitacional» **deixa perceber que não se pretendeu abranger no âmbito de incidência do imposto os prédios com afetação a serviços, indústria ou comércio**, isto é, os prédios afetos à atividade económica, o que se compreende num contexto em que, como é notório, a economia se encontra em espiral recessiva, publicamente proclamada ao mais alto nível,*

⁶ Outras normas do CIMI, deixam perceber que o termo «afetação» é utilizado para referenciar situações já existentes e não meramente futuras, mesmo que previsíveis, como o «destino». É o caso do artigo 9.º do CIMI, que, depois de estabelecer que «o imposto é devido a partir» «do 4.º ano seguinte, inclusive, àquele em que um terreno para construção tenha passado a figurar no inventário de uma empresa que tenha por objeto a construção de edifícios para venda» ou «do 3.º ano seguinte, inclusive, àquele em que um prédio tenha passado a figurar no inventário de uma empresa que tenha por objeto a sua venda» [alíneas d) e e) do n.º 1], determina que «para efeitos do disposto nas alíneas d) e e) do n.º 1, devem os sujeitos passivos comunicar ao serviço de finanças da área da situação dos prédios, no prazo de 60 dias contados da verificação do facto determinante da sua aplicação, a afetação dos prédios àqueles fins». A «afetação dos prédios àqueles fins», no contexto deste artigo 9.º, reconduz-se à atribuição concreta aos prédios do fim «para venda», materializado pela sua inventariação, não bastando que tenham sido construídos ou adquiridos tendo em vista a sua venda.

⁷ Não se tem em mente, nesta abordagem, os casos especiais previstos na verba n.º 28.2, de titularidade dos prédios por pessoas coletivas residentes em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável, constante da lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças a que, como em outras

com as taxas de desemprego a atingir níveis máximos históricos, com avalanche de encerramento de empresas derivado de insustentabilidade económica. (negrito nosso)

Tendo em mente esta situação e sendo consabido e público que a reanimação da atividade económica e o aumento das exportações são as portas de saída para a crise, compreende-se que não se tomassem legislativamente medidas que dificultassem a atividade económica, designadamente o agravamento da carga fiscal que a dificulta e afeta a competitividade em termos internacionais.

Por isso, é de concluir que os elementos interpretativos disponíveis, inclusivamente as «circunstâncias em que a lei foi elaborada e as condições específicas do tempo em que é aplicada», apontam claramente no sentido de não se ter pretendido abranger no âmbito de incidência da verba, n.º 28.1 as situações de prédios que ainda não estão afetos à habitação, nomeadamente os terrenos para construção detidos por empresas. (⁸)"

- 70.** Face ao exposto, verifica-se que as 39 frações destinadas a habitação, estão abrangidas pela norma incidência de pela verba do 28.1, por se tratarem de prédios urbanos e de prédios com afetação habitacional, cujo conceito resulta do artigo 2.º do CIMI.
- 71.** Acabe, contudo, agora decidir para efeitos de aplicação da verba, n.º 28 da TGIS, qual o VPT a considerar nos prédios em regime vertical (ou seja não horizontal) se individualmente determinado pelo VPT que corresponde a cada uma das partes do prédio com afetação habitacional, ou se determinado pelo VPT global do prédio, o qual corresponderia à soma de todos os VPTs das frações habitacionais que o compõem.

normas, se atribui forte penalização tributária, por se tratar de situações normalmente associadas a evasão fiscal.

⁸ Fora dos casos especiais previstos na verba n.º 28.2.

72. Sobre este tema, já decidiu o Tribunal Arbitral do CAAD através da decisão, n.º 50/2013-T, e 132/2013 - T.
73. Importa para efeitos do caso sub-judice, referir quanto a decisão 50/2013-T, que nos diz, sobre o tratamento a conferir para feitos da verba 28.1 do TGIS aos prédios em propriedade vertical e cumulativamente qual VPT (individual ou global) a considerar:

"Daqui podemos concluir que, na ótica do legislador, não importa o rigor jurídico-formal da situação concreta do prédio mas sim a sua utilização normal, o fim a que se destina o prédio. Concluímos ainda que para o legislador a situação do prédio em propriedade vertical ou em propriedade horizontal não relevou, pois que nenhuma referência ou distinção é efetuada entre uns e outros. O que releva é a verdade material subjacente à sua existência enquanto prédio urbano e à sua utilização."

74. Importa inda referir da respetiva decisão:

" Utilizando o critério que a própria lei introduziu no artigo 67º, nº 2 do Código do Imposto do Selo, "às matérias não reguladas no presente código respeitantes à verba 28 da Tabela Geral aplica-se subsidiariamente" .

Ora, sendo assim, considerando que a inscrição na matriz de imóveis em propriedade vertical, constituídos por diferentes partes, andares ou divisões com utilização independente, nos termos do CIMI, obedece às mesmas regras de inscrição dos imóveis constituídos em propriedade horizontal, sendo o respetivo IMI, bem como o novo IS, liquidados individualmente em relação a cada uma das partes, não oferece qualquer dúvida que o critério legal para definir a incidência do novo imposto tem de ser o mesmo. (...)

Logo, se o critério legal impõe a emissão de liquidações individualizadas para as partes autónomas dos prédios em propriedade vertical, nos mesmos moldes em que o estabelece para os prédios em propriedade horizontal, claramente estabeleceu o critério, que tem de ser único e inequívoco, para a definição da regra de incidência do novo imposto.

Assim, só haveria lugar a incidência do novo imposto de selo se alguma das partes, andares ou divisões com utilização independente apresentasse um VPT superior a €1.000.000,00.

Não pode, assim, a AT considerar como valor de referência para a incidência do novo imposto o valor total do prédio, quando o próprio legislador estabeleceu regra diferente em sede de CIMI, e este é o código aplicável às matérias não reguladas no que toca à verba 28 da TGIS.

O critério pretendido pela AT, de considerar o valor do somatório dos VPT atribuídos às partes, andares ou divisões com utilização independente, com o argumento do prédio não se encontrar constituído em regime de propriedade horizontal, não encontra sustentação legal e é contrário ao critério que resulta aplicável em sede de CIMI e, por remissão, em sede de IS.

Ao que acresce o facto da própria lei estabelecer expressamente, na parte final da verba 28 da TGIS, que o IS a incidir sobre os prédios urbanos de valor igual ou superior a €1.000.000,00 – “sobre o valor patrimonial tributário utilizado para efeito de IMI.”.

Assim, a adoção do critério defendido pela AT viola os princípios da legalidade e da igualdade fiscal, bem assim como, o da prevalência da verdade material sobre a realidade jurídico-formal.

O legislador fiscal no artigo 12º, nº3 do CIMI diz que “cada andar ou parte de prédio suscetível de utilização independente é considerado separadamente na inscrição matricial a qual discrimina igualmente o respetivo valor patrimonial tributário.”, não efetua nenhuma distinção quanto ao regime dos prédios que se encontrem em propriedade horizontal ou vertical, se o prédio se encontrasse em regime de propriedade horizontal, nenhuma das suas frações habitacionais sofreria incidência do novo imposto, pelo que não pode a AT, tratar situações iguais de forma diferente.

75. No mesmo sentido decidiu a decisão do tribunal arbitral do CAAD,, n.º132/2013-T:

"Acrece, ainda, que admitir a diferenciação de tratamento poderia produzir resultados incompreensíveis do ponto de vista jurídico e atentatórios dos objetivos que o legislador dizia ter para aditar a verba, n.º 28. A título exemplificativo, suponha-se a seguinte hipótese, que parece plausível à luz da interpretação que foi feita pela ora Requerida: um cidadão que é proprietário de um prédio constituído em propriedade total destinado a habitação, sendo o valor global das unidades autónomas igual ou superior a €1.000.000,00 e o VPT de cada uma inferior a €1.000.000,00, sujeita-se a uma tributação anual de 1% desse valor (como sucedeu na situação em análise); já um outro cidadão que detenha um prédio com as mesmas exatas características do anterior mas que tenha sido constituído em propriedade horizontal, sendo, igualmente, o valor global das frações autónomas igual ou superior a €1.000.000,00 e o VPT de cada uma inferior a €1.000.000,00, não será sujeito a tributação nos termos da mencionada verba, n.º 28...

Por outro lado, poder-se-ia perguntar: se tais frações têm o mesmo proprietário, por que é que não faz sentido agregar, para efeitos de

tributação, os respetivos VPTs? A resposta pode ser ilustrada através de uma outra hipótese: um cidadão que é proprietário de um prédio em propriedade horizontal, em que cada uma das suas 20 frações possui um VPT inferior a €1.000.000,00, seria sujeito a tributação se – caso se admitisse tal agregação – oVPT global ultrapassasse aquele valor; já um outro cidadão com idênticas 20 frações distribuídas por 5, 10 ou 20 prédios não estaria sujeito a qualquer tributação nos termos da referida verba, n.º 28...

Se esta linha de raciocínio faz sentido – justificando-se, portanto, a não agregação dos VPTs das frações de prédios em propriedade horizontal –, não se vê razão plausível para que a mesma não seja aplicada às unidades autónomas de prédios em propriedade total.

Observando, agora, o caso em análise, constata-se que os VPTs dos andares (unidades autónomas) do prédio com afetação habitacional variam entre €104.140,00 e €113.780,00, pelo que qualquer um deles é inferior a €1.000.000,00. Daqui se conclui, em resultado do que foi referido, que sobre os mesmos não pode incidir o imposto do selo a que se refere a verba, n.º 28 da TGIS, sendo, portanto, ilegais os atos de liquidação impugnados pelo Requerente."

- 76.** Face ao exposto, e aplicando o que nós dizem as decisões supra transcrita, ao presente caso, resulta que para efeitos de aplicação da verba 28 do TGIS aos prédios em propriedade vertical, aplicam-se as mesmas regras do CIMI que ao prédios em propriedade horizontal, e no mesmo sentido o VPT para efeitos da aplicação da verba é o VPT individual de cada fração independente de habitacional, sendo que no presente caso nenhuma das frações ultrapassa o critério de incidência de 1.000.000,00€.

77. A verdade material é a que se impõe como critério determinante da capacidade contributiva e não a mera realidade jurídico-formal do prédio, visto que constituição da propriedade horizontal implica uma mera alteração jurídica do prédio não impondo sequer uma nova avaliação que ora, tal constatação não se afigura coerente com a decisão da AT tributar as partes habitacionais de um prédio em propriedade vertical, em função do VPT global do prédio e não do que é efetivamente atribuído a cada parte.
78. O regime jurídico atual não impõe a obrigação de constituição de propriedade horizontal pelo que a atuação da AT traduz-se numa discriminação arbitrária e ilegal. Não pode a AT distinguir onde o próprio legislador entendeu não o fazer, sob pena de violar a coerência do sistema fiscal, bem assim como o princípio da legalidade fiscal previsto no artigo 103º, n.º da CRP, e ainda os princípios da justiça, igualdade e proporcionalidade fiscal.
79. Como nenhuma das frações destinadas a habitação tem valor patrimonial igual ou superior a €1.000.000,00, como resulta dos documentos juntos aos autos, conclui-se pela não verificação do pressuposto legal de incidência do IS previsto na Verba 28 da TGIS.
80. Desta forma, o presente tribunal conclui pela declaração de ilegalidade das liquidações sub Júdice, por enfermarem de vício de violação daquela verba, n.º 28.1, por erro sobre os pressupostos de direito, que justifica a declaração da sua ilegalidade e anulação (artigo 135.º do CPA).

J - DOS JUROS INDEMNIZATÓRIOS.

81. Peticiona, ainda, a Requerente o pagamento de juros indemnizatórios.

2014..., n.º 2014..., n.º 2014..., n.º 2014..., n.º
2014..., n.º 2014..., n.º 2014..., n.º 2014..., n.º
2014..., n.º 2014..., n.º 2014..., n.º 2014..., n.º
2014..., n.º 2014..., n.º 2014..., n.º 2014..., n.º
2014..., n.º 2014..., n.º 2014..., n.º 2014..., n.º
2014..., n.º 2014..., que fixou um imposto global a
pagar de € 11.099,20 (onze mil e noventa e nove
euros e vinte cêntimos) por vício de violação de lei
quanto a norma constante na verba 28º, n.º1º, por erro
sobre os pressupostos de direito, que justifica a
declaração da sua ilegalidade e anulação.

- b. Condenar a Requerida, a restituir à Requerente essa
quantia indevidamente liquidada e paga acrescida do
pagamento de juros indemnizatórios já vencidos
relativos ao período que mediou entre 9 de Maio de
2014 a calcular sobre a quantia de 3.701,20€ (valor
do Imposto de Selo referente a 1º Prestação), desde
30 de Julho de 2014 a calcular sobre a quantia de
3.699,00€ (valor do Imposto de Selo referente a 2º
Prestação), 27 de Novembro a calcular sobre a
quantia de 3.699,00€ (valor do Imposto de Selo
referente a 3º Prestação), nos termos dos n.ºs 2.º a 5.º
do art.º 61.º do CPPT e à taxa apurada de harmonia
com o disposto no n.º 4.º do art.º 43.º da LGT até
integral reembolso.

Fixa-se o valor do processo em € 11.099,20 do valor da liquidação atendendo ao valor económico do processo aferido pelo valor das liquidações de imposto impugnadas, e em conformidade fixa-se as custas, no respetivo montante em 918,00€ (novecentos e dezoito euros), a cargo da Requerida de acordo com o artigo 12.º, n.º 2 do Regime de Arbitragem

Tributária, do artigo 4.º do RCPAT e da Tabela I anexa a este último. –, n.º 10 do art.º 35º, e, n.º 1, 4 e 5 do art.º 43º da LGT, art.ºs 5.º, n.º1, al. a) do RCPT, 97.º-A,, n.º 1, al. a) do CPPT e 559.º do CPC).

Notifique-se.

Lisboa, 5 de Setembro de 2016

O Árbitro

Paulo Ferreira Alves